

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA  
VARA CRIMINAL E DO TRIBUNAL DO JÚRI DA  
CIRCUNSCRIÇÃO JUDICIÁRIA DE XXXXXXXXX**

**Autos nº XXXXXXX**

**FULANO DE TAL**, já qualificados nos autos de número em epígrafe, por intermédio do Defensor Público que esta subscreve (art. 128, XI, LC n.º 80/94), vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência apresentar

<b>ALEGAÇÕES FINAIS</b>
-------------------------

pelos motivos fáticos e jurídicos a seguir demonstrados.

**1 - BREVE RELATO DOS FATOS**

Conforme narra a denúncia (fls. X/X), em XX de XXXXXX de XXXX, por volta das XhXX, no interior do estabelecimento comercial tal, o réu teria subtraído, para si, coisa alheia móvel, quais sejam: 8 kg (oito quilos) de carne bovina, do tipo filé *mignon*, e 8 kg (oito quilos) de carne bovina tipo picanha maturada importada, perfazendo o valor de R\$ XXXX (XXXXXXX).

Discorre ainda a inicial que para assegurar o produto do furto o réu teria usado de grave ameaça em face de FULANO DE TAL.

A denúncia foi recebida em XX/XX/XXXX tendo o réu oferecido resposta à acusação em XX/XX/XXXX.

O réu foi citado em XX/XX/XXXX após comparecer ao cartório do juízo de XXXXXX.

A audiência de instrução e julgamento foi realizada em XX/XX/XXXX (fls. X/X).

Vieram os autos à Defensoria Pública para apresentação de alegações finais, em memoriais.

## **2 - DO MÉRITO**

### **2.1 - DA DESCLASSIFICAÇÃO DE ROUBO PARA FURTO**

No caso em tela, é forçoso reconhecer a materialidade e a autoria do crime, conforme as provas dos autos, especialmente pela prova oral colhida (fls. X/X) e pela confissão do acusado (fl. X), respectivamente.

Entretanto, torna-se imprescindível, *in casu*, atribuir classificação diversa aos delitos, conforme a seguir aduzido.

O crime de roubo consiste em subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel, mediante violência ou grave ameaça à pessoa. No caso, essa violência efetiva ou grave ameaça, caracterizadoras de maior reprovabilidade da conduta em comparação ao crime de furto, não foram comprovados nos autos.

O acusado, em seu interrogatório, embora tenha confessado o delito, alegou que, em nenhum momento ameaçou a vítima. Já a vítima não compareceu em juízo para ratificar o depoimento prestado em sede inquisitorial.

As testemunhas, por sua vez, não descreveram com segurança e precisão qualquer ação do acusado que implicasse na elementar “grave ameaça” ou em emprego de violência física.

A testemunha FULANO DE TALA, ao ser questionado sobre a suposta ameaça disse que:

Eu não vi (ao ser questionado se havia visto o réu pegar a faca). [...] Quando o FULANO DE TAL saltou do carro aí a gente viu, ele torceu o pé e cortou o braço. Ele acertou o braço do Anselmo. [...] E a gente só conseguiu recuperar duas peças de carne. [...] **Eu não vi a faca.** [...] O FULANO DE TAL foi embora e levou o resto das peças de carne com ele.

Por sua vez, a testemunha FULANO DE TAL afirmou que:

Com ele não (ao ser questionada se o acusado foi encontrado a res furtiva). Foi encontrada carne dentro do banheiro. [...] Também tinha carne (no carro do réu), mas eu não vi. No momento da abordagem eu não estava presente. Eu já gravei o momento em que saiu, derrubando os cones e passando por cima do pé do FULANO DE TAL [...] Não sei se *tomou* (ao ser questionada se o acusado atingiu a vítima com alguma facada).

Portanto, se não restou demonstrado o emprego de violência ou grave ameaça, deve ser afastada a referida elementar e desclassificar-se a conduta inicialmente amoldada ao crime de roubo para o delito de furto simples. Em caso análogo o Egrégio TJDFT assim decidiu:

PENAL. ARTIGO 157, CAPUT, DO CÓDIGO PENAL. ABSOLVIÇÃO POR INSUFICIÊNCIA DE PROVAS - RÉU PRESO EM FLAGRANTE, LOGO APÓS A PRÁTICA DO CRIME, ATRELADO À CONFISSÃO DO ACUSADO - IMPOSSIBILIDADE. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O CRIME DE FURTO - NÃO DEMONSTRAÇÃO DE VIOLÊNCIA OU GRAVE AMEAÇA - EMENDATIO LIBELLI - POSSIBILIDADE. DOSIMETRIA REAJUSTADA. FIXAÇÃO DO REGIME ABERTO - SUBSTITUIÇÃO

POR PENA RESTRITIVA DE DIREITO -POSSIBILIDADE. RECURSO PARCIALMENTE PROVIDO. Não há que se falar em absolvição por insuficiência de provas quando o acusado, confesso, é preso em flagrante logo após a prática do crime. **Se não restou demonstrado o emprego de violência ou grave ameaça, na ocasião da subtração do celular da vítima, afasta-se a referida elementar e desclassifica-se a conduta inicialmente amoldada ao crime de roubo para o delito de furto simples, nos ditames da emendatio libelli, prevista no artigo 383 do Código de Processo Penal.** Na hipótese de o réu, primário e de bons antecedentes, ter sido apenado com sanção inferior a 4 (quatro) anos de reclusão, e o crime não ter sido cometido com violência ou grave ameaça, tem-se como possível a fixação do regime inicial aberto, bem como a substituição da reprimenda corporal por restritiva de direitos, com amparo nos requisitos previstos nos artigos 33, § 2º, alínea "c", e 44, ambos do Código Penal. (Acórdão n.1084777, 20170110134952APR, Relator: ROMÃO C. OLIVEIRA, Revisor: ANA MARIA AMARANTE, 1ª TURMA CRIMINAL, Data de Julgamento: 22/03/2018, Publicado no DJE: 27/03/2018. Pág.: 162/175).

Inexistem provas judicializadas extreme de dúvidas que apontem com inegável segurança o emprego de violência ou grave ameaça. Impossível, portanto, a condenação do réu nos termos pretendidos pelo Ministério Público, pois é cristalina a ausência de elementar do tipo penal do crime de roubo de forma que a desclassificação da ação para o crime de furto é a medida que se impõe.

## **2.2 DA TENTATIVA DE FURTO**

A defesa requer, ainda, que seja considerada a desclassificação do crime consumado para tentado.

Estabelece o artigo 14, inciso II, do Código Penal:

Art.14. Diz-se o crime:

II - tentado, quando, iniciada a execução, não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente.

Com efeito, as testemunhas afirmaram que o acusado estava com comportamento estranho, que levantou suspeita dos demais funcionários por encontrar-se entrando e saindo do estabelecimento por várias vezes. Além disso, as testemunhas foram contraditórias nas informações acerca da recuperação da res furtiva. O Sr. FULANO DE TAL afirmou que o réu levou as peças de carne no carro. Já a Sra. FULANO DE TAL que foram recuperadas peças no banheiro do estabelecimento comercial. Portanto, são desencontradas as informações prestadas.

Assim, observa-se que o réu não percorreu todo o *iter criminis* necessário. A res furtiva jamais saiu da esfera de vigilância da vítima, que prontamente agiu impedindo a consumação do delito.

Caracteriza-se o furto tentado quando o crime material não se consuma por circunstâncias alheias à vontade do agente, não chegando a res furtiva a sair da esfera de vigilância do dono e conseqüentemente, não passando para a posse tranquila daquele.

Portanto, uma vez que o crime não se consumou por circunstâncias alheias a vontade do réu, a desclassificação para crime tentado é medida que se impõe.

### **3 - DA DOSIMETRIA DA PENA**

Conforme já noticiado, o réu, em audiência de instrução e julgamento, **confessou** os fatos narrados na denúncia.

Portanto, ainda que presente a agravante da reincidência, requer a compensação com a atenuante da confissão. Com efeito, **a possibilidade de compensação, ou preponderância, da confissão espontânea em face da reincidência, vem sendo**

**encampada em inúmeras decisões tanto do Superior Tribunal de Justiça como do Supremo Tribunal Federal.**

No âmbito do STJ, a questão está pacificada nesse sentido:

CRIMINAL. APLICAÇÃO DA PENA. COMPENSAÇÃO ENTRE A AGRAVANTE DA REINCIDÊNCIA COM A ATENUANTE DA CONFISSÃO ESPONTÂNEA. POSSIBILIDADE. 1. **Em recente pronunciamento (EResp-1.154.752/RS), a 3ª Seção desta Corte Superior firmou o entendimento de que a agravante da reincidência poderia ser compensada com a atenuante da confissão espontânea.** 2. Agravo regimental a que se nega provimento. (AgRg no REsp 1305833/PR, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 02/08/2012, DJe 13/08/2012).

Assim, na **segunda fase da pena**, deve ser valorada atenuante do art. 65, III, “d”, do CP, pois o réu por ato voluntário confessou em juízo a autoria dos fatos.

**V - DOS PEDIDOS**

Ante o exposto, pugna a Defesa pela desclassificação do crime de roubo consumado para furto tentado com a fixação da pena no mínimo legal.

XXXXXXXXXX, XX de XXXXXXXX de XXXX.

**FULANO DE TAL**  
Defensor Público

**FULANO DE TAL**  
Analista de Assistência Judiciária

